

# Sumário

<b>Capítulo I– A Segurança Alimentar Vinculada ao Ordenamento Jurídico em Vigor: as Práticas Alimentares Sustentáveis.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo II – O Acesso Regular e Permanente a Alimentos:</b>	
<b>A Alimentação da Pessoa Humana .....</b>	<b>19</b>
1. O Que São Alimentos? O Que É Alimentação?.....	19
2. Recursos de Origem Animal, Vegetal e Mineral e a Alimentação: Alimentos, Sua Natureza Jurídica e Seu Balizamento Constitucional em Face dos Princípios do Direito Ambiental Brasileiro.....	25
2.1. Os princípios do direito ambiental constitucional em face da tutela jurídica dos alimentos .....	55
2.1.1. O princípio da legalidade visando estruturar a interpretação do direito ambiental constitucional .....	55
2.1.2. O princípio do desenvolvimento sustentável. A Rio + 20 e a erradicação da pobreza como requisito indispensável visando implementar o desenvolvimento sustentável em todo o planeta.....	57
2.1.3. Princípio do poluidor-pagador e a interpretação do Supremo Tribunal Federal.....	62
2.1.3.1. O princípio do poluidor - pagador e a incidência e aplicação de alguns aspectos do regime jurídico da chamada “responsabilidade civil “aos danos ambientais: a denominada “responsabilidade civil” objetiva e a responsabilidade por danos aos bens ambientais .....	67
2.1.3.2. O princípio do poluidor-pagador e a incidência e aplicação de alguns aspectos do regime jurídico da chamada “responsabilidade civil “aos danos ambientais: a prioridade da reparação específica do dano ambiental.....	68

2.1.3.2.1 O princípio do poluidor-pagador e a incidência e aplicação de alguns aspectos do regime jurídico da chamada “responsabilidade civil “aos danos ambientais: o poluidor e a responsabilidade pelo ressarcimento do dano ambiental.....	70
2.1.3.2.2. O princípio do poluidor-pagador e a incidência e aplicação de alguns aspectos do regime jurídico da chamada “responsabilidade civil” aos danos ambientais :o dano ambiental e sua classificações (dano material, dano moral e dano à imagem em face dos bens ambientais) .....	72
2.1.3.3. O princípio do poluidor-pagador e a incidência e aplicação de alguns aspectos do regime jurídico da chamada “responsabilidade civil “aos danos ambientais: solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente .....	76
2.1.4. Princípio da Prevenção .....	76
2.1.4.1. Prevenção ou Precaução? O art.225 da Constituição Federal e o dever de preservar os bens ambientais com fundamento na dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III da CF) assim como nos valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa (Art. 1º, IV da CF).....	79
2.1.4.2. Conteúdo jurídico do princípio da precaução em face de seu enquadramento no sistema constitucional em vigor e a avaliação dos custos das medidas de prevenção (ou precaução?).....	83
2.1.4.3. Atividades de produção de bens e serviços com o uso de recursos naturais em face do princípio da precaução: incertezas científicas sobra a possibilidade de um produto, evento ou serviço, desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos e exigências atribuídas ao Estado .....	86

2.1.4.4. O princípio da precaução e o novo conteúdo exigível do EPIA (Art. 225, § 1º, IV, da CF) para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente .....	88
2.1.5. Princípio da participação.....	89
2.1.5.1. Princípio da participação e sua efetividade: informação ambiental.....	90
2.1.5.2. Princípio da participação e sua efetividade: educação ambiental .....	91
2.1.6. O princípio da ubiquidade e a dignidade da pessoa humana .....	93
2.1.7. O denominado “princípio” da vedação do retrocesso, suas atuais referencias no âmbito do Supremo Tribunal Federal e eventuais aplicações no direito ambiental constitucional brasileiro.....	94
3. Recursos de Origem Animal e Vegetal Geneticamente Modificados em Proveito da Produção de Alimentos e Sua Tutela Jurídica .....	99
4. Recursos de Origem Animal, Vegetal e Mineral (Bens Ambientais) Transformados em Produtos Destinados a Alimentação: a Tutela Jurídica das Empresas Alimentares (Indústria Alimentícia) como Atividade Economica em Face do Superior Ordenamento Jurídico em Vigor.....	100
4.1. As Empresas alimentares (indústria alimentícia) em face das atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente e o estudo prévio de impacto ambiental (Art. 225, parágrafo 1º, IV) .....	108
4.2. As Empresas alimentares (indústria alimentícia) em face das atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitando os infratores a sanções penais e a sanções administrativas, bem como obrigação de reparar os danos causados (Art. 225, parágrafo 3º).....	111

<b>Capítulo III – O Direito à Alimentação em Face do Direito Constitucional Brasileiro .....</b>	<b>119</b>
1. Acesso a Alimentos em Face do Piso Vital Mínimo.....	119
2. Desigualdades Sociais e Regionais e os Alimentos: Acesso Economico a Alimentos e a Alimentação em Face da Pobreza e Marginalização na Ordem Economica do Capitalismo.....	120
3. Alimentos e Sadia Qualidade de Vida: a Segurança Alimentar em Face da Saúde Ambiental e as Práticas Alimentares Promotoras de Saúde.....	128
4. Alimentos em Face dos Grupos Participantes do Processo Civilizatório Nacional: a Segurança Alimentar em Face do Meio Ambiente Cultural.....	133
<b>Bibliografia.....</b>	<b>147</b>